ISSN: 2358-8829

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA, PRÁXIS E FORMAÇÃO DOCENTE

Rosalva Maria Gomes de Araujo Oliveira [1]
Simony Ricci Coelho [2]
Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte [3]

INTRODUÇÃO

Compreender como a escola define suas prioridades, organiza o ensino e constrói suas decisões integra a formação do pedagogo, uma vez que essas dimensões se relacionam às responsabilidades que esse profissional assume no trabalho educativo. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui uma referência para essa compreensão ao expressar as concepções de educação, as finalidades e os compromissos que orientam a atuação da instituição e conferem identidade às suas práticas (VEIGA, 2013; LIBÂNEO, 2018). Investigá-lo implica, portanto, ultrapassar a identificação de seus elementos formais e examinar como as propostas são construídas, quem participa das decisões e quais condições favorecem ou dificultam sua realização, relacionando o documento à organização cotidiana do trabalho escolar. Essa relação entre as intenções registradas no PPP e as condições de sua concretização torna sua investigação relevante para a aproximação dos licenciandos com o campo profissional desde os períodos iniciais da graduação. Em diálogo com Pimenta e Lima (2017), a experiência nas instituições escolares pode ser compreendida como oportunidade de investigação e reflexão, e não apenas como momento de aplicação dos conteúdos estudados na universidade. Sob essa perspectiva, o contato com os documentos, os profissionais e as situações escolares oferece questões que demandam interpretação, permitindo relacionar os fundamentos da formação às escolhas pedagógicas, aos processos de gestão e aos desafios presentes nos diferentes contextos educativos.

Ao reunir questões de currículo, didática, gestão, avaliação e inclusão, o estudo do PPP também permite discutir a articulação entre diferentes campos do conhecimento na compreensão de um objeto comum, em consonância com a perspectiva interdisciplinar de Fazenda (2013). Essa articulação interessa à formação do pedagogo porque possibilita examinar as decisões institucionais em suas relações, evitando tratar as dimensões administrativas, pedagógicas e sociais da escola como aspectos isolados. Nesse movimento, a noção de práxis

[1] Mestre – UFRRJ – Universidade Iguaçu – RJ, rosalvaraujo@gmail.com;
[2] Doutora – UMINHO – PT – Universidade Iguaçu – RJ, ildaduarte2021@gmail.com;
[3] Doutora – UNIGRANRIO – Universidade Iguaçu – RJ, simonyrcoelho@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

discutida por Freire (1987) oferece uma referência para problematizar a unidade entre ação e reflexão crítica, orientando a análise das situações escolares e das possibilidades de atuação profissional. Sua mobilização, neste estudo, fundamenta a interpretação da experiência formativa, sem pressupor que a realização das atividades de campo tenha produzido, por si só, transformações nas instituições investigadas. É nesse contexto que se situa a experiência desenvolvida no primeiro semestre de 2026, no componente curricular Prática Pedagógica II – Projeto Político Pedagógico Interdisciplinar, com 120 estudantes do segundo período do curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu (UNIG). Organizados em grupos, os licenciandos realizaram estudos teóricos, visitas a instituições públicas e privadas, consulta aos PPPs, observações e entrevistas com profissionais da educação, sistematizando as informações e as reflexões decorrentes desse percurso em relatórios. O presente artigo toma os 12 relatórios elaborados pelos grupos como base documental para analisar as compreensões sobre a organização escolar e as contribuições formativas expressas nesses registros, distinguindo, assim, a atividade curricular de investigação realizada pelos estudantes do exame documental desenvolvido para esta pesquisa.

A partir dessa delimitação, o estudo indaga de que maneira os licenciandos relacionam a investigação do PPP aos conhecimentos da formação inicial e à compreensão da organização escolar e da atuação profissional do pedagogo. Para responder a essa questão, tem como objetivo analisar, com base nos relatórios dos grupos, o PPP como instrumento de organização do trabalho escolar e discutir as contribuições formativas de sua investigação, considerando a mobilização interdisciplinar de saberes, as relações estabelecidas entre teoria e prática e os elementos associados à construção de referências para a identidade profissional. O interesse recai, desse modo, tanto sobre as interpretações acerca do projeto e de sua relação com o cotidiano institucional quanto sobre os significados atribuídos pelos estudantes à experiência de conhecer e investigar esse contexto de atuação.

A relevância da pesquisa reside nessa articulação entre o conhecimento da escola e a aprendizagem da profissão, tomando a investigação do PPP como uma possibilidade de compreender responsabilidades, relações e condições que atravessam o trabalho do pedagogo. Mais do que descrever a estrutura dos documentos ou verificar a presença de determinados conteúdos, busca-se discutir como sua análise, associada às informações produzidas nas atividades de campo, pode oferecer elementos para interpretar as tensões entre as propostas institucionais e suas possibilidades de realização. Essa discussão permanece vinculada ao que os relatórios permitem reconhecer, sem tomar os registros como expressão integral do cotidiano das escolas ou como demonstração de aprendizagens idênticas para todos os licenciandos.

ISSN: 2358-8829

No plano institucional, essa perspectiva se articula aos compromissos da UNIG como integrante da *United Nations Academic Impact* (UNAI) e encontra correspondência nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente no ODS 4 – Educação de Qualidade, pelo compromisso com a formação docente e a educação inclusiva; no ODS 10 – Redução das Desigualdades, pela consideração das condições de participação e das oportunidades educacionais; e no ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, pela valorização da cooperação entre universidade e escolas. Essas referências situam a relevância social da investigação ao relacionar a formação acadêmica à responsabilidade de compreender os desafios das instituições e das comunidades, preservando como eixo do estudo o PPP, a organização escolar e a formação do pedagogo.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e caráter descritivo para compreender como o Projeto Político Pedagógico (PPP) é construído, interpretado e vivenciado nas instituições escolares e as contribuições dessa investigação para a formação inicial do pedagogo. Conforme Creswell (2007), foram examinadas concepções, práticas e percepções dos profissionais da educação, considerando as particularidades dos contextos. O percurso articulou procedimentos documentais e de campo (Severino, 2007), mediante análise dos relatórios elaborados pelos grupos de licenciandos a partir de visitas, observações e entrevistas com gestores escolares.

A experiência formativa ocorreu no primeiro semestre de 2026, no componente curricular Prática Pedagógica II – Projeto Político Pedagógico Interdisciplinar, com 120 estudantes do segundo período do curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu (UNIG). Organizados em grupos, os licenciandos realizaram estudos teóricos e atividades de campo em instituições públicas e privadas que ofertavam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, algumas das quais também ofereciam Atendimento Educacional Especializado (AEE). As informações e reflexões decorrentes desse percurso foram sistematizadas em 12 relatórios, constituindo o corpus documental da pesquisa. Foram identificados 28 registros de instituições escolares, dos quais 14 se referiam à rede municipal, um à estadual e 13 à privada. Localizadas principalmente em Nova Iguaçu e Mesquita, na Baixada Fluminense/RJ, as escolas foram selecionadas pela disponibilidade para receber os licenciandos e autorizar as atividades acadêmicas. Essa forma de seleção delimitou os contextos contemplados, enquanto a distribuição dos registros orientou a interpretação dos resultados, não permitindo generalizar as considerações sobre o único registro estadual para toda essa rede.

ISSN: 2358-8829

O desenvolvimento da atividade curricular compreendeu duas etapas articuladas. Inicialmente, os estudos na universidade fundamentaram a compreensão do PPP e de suas relações com currículo, planejamento, avaliação e gestão escolar. Em seguida, os grupos realizaram visitas técnicas, observações dos espaços e da organização institucional, consulta aos PPPs e entrevistas informais, conduzidas como conversas orientadas pelos temas do roteiro de investigação previamente elaborado. Participaram gestores, diretores, diretores adjuntos, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, selecionados pela atuação na elaboração, revisão ou implementação do projeto e pelo conhecimento sobre o funcionamento das instituições escolares.

O roteiro contemplou a identificação e a caracterização das escolas: rede, etapas e modalidades de ensino, quantitativos aproximados de estudantes e professores, condições materiais e características socioculturais das comunidades. Abrangeu também missão, visão e valores, construção e revisão do PPP, participação dos diferentes segmentos da comunidade, fundamentos legais e teóricos, organização curricular, planejamento e avaliação. Inclusão, oferta do AEE, gestão democrática e relações entre escola, famílias e comunidade integraram o levantamento, relacionando as propostas documentadas às informações apresentadas pelos profissionais.

A sistematização em quadros e relatórios buscou ultrapassar a descrição formal dos PPPs, relacionando suas diretrizes às observações e às percepções dos entrevistados. Com base nos conhecimentos estudados na universidade, os licenciandos registraram aproximações e distanciamentos entre propostas institucionais e condições de realização. Neste artigo, as informações foram examinadas conforme sistematizadas nos relatórios, considerando a mediação das perspectivas dos profissionais e das interpretações dos grupos na compreensão dos contextos escolares.

A análise temática de conteúdo, fundamentada em Bardin (2016), iniciou-se pela leitura integral e exploratória dos relatórios, identificando conteúdos relacionados ao problema e aos objetivos da pesquisa. As unidades de sentido selecionadas foram agrupadas em seis categorias analíticas: identidade institucional e função do PPP; construção coletiva e gestão democrática; planejamento, currículo e avaliação; inclusão, diversidade e atendimento às necessidades educacionais; relações entre o documento e as práticas escolares; interdisciplinaridade e contribuições da atividade de campo para a formação do pedagogo. Essas categorias orientaram a interpretação da organização escolar e das reflexões sobre a experiência formativa.

A leitura comparativa relacionou recorrências, particularidades e sentidos atribuídos ao PPP às condições materiais, administrativas, pedagógicas e sociais descritas, sem estabelecer

ISSN: 2358-8829

classificações ou hierarquias entre as instituições. Quanto à formação, foram examinadas as relações expressas entre conhecimentos do curso, situações investigadas e atribuições do pedagogo, distinguindo a descrição das características escolares das reflexões sobre a profissão. Considerando a elaboração coletiva dos relatórios, a análise das contribuições formativas concentrou-se nas reflexões dos grupos sobre a investigação do PPP, sem ter como finalidade avaliar individualmente as aprendizagens dos licenciandos.

Os resultados foram apresentados de forma agregada e comparativa, priorizando as categorias analíticas e evitando avaliações individualizadas das escolas ou dos profissionais. As falas e percepções subsidiaram a compreensão dos processos institucionais, preservando-se a identidade pessoal dos entrevistados. Como os relatórios não abrangem a totalidade do cotidiano escolar, a ausência ou o menor detalhamento de informações não permitem, por si só, afirmar a inexistência das práticas correspondentes. As interpretações sobre o PPP e a formação do pedagogo permaneceram, portanto, circunscritas às experiências e às reflexões efetivamente documentadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Projeto Político Pedagógico constitui um instrumento central para a organização do trabalho escolar, pois expressa os princípios, as finalidades, as concepções educacionais e as escolhas que orientam a atuação da instituição. Sua elaboração ultrapassa o planejamento de atividades ou o cumprimento de exigências administrativas, uma vez que envolve a definição da educação que se pretende desenvolver, do sujeito que se deseja formar e das relações que a escola estabelece com a sociedade. Para Veiga (2013), o PPP é político por expressar o compromisso da escola com a formação cidadã e com determinado projeto de sociedade, e pedagógico por organizar as ações educativas necessárias à concretização dessas finalidades. Nessa perspectiva, o PPP não deve ser compreendido como documento concluído e arquivado, mas como processo permanente de reflexão, decisão, implementação e avaliação. Sua construção precisa considerar a realidade institucional, as características dos estudantes, as necessidades da comunidade, as condições de trabalho e os desafios vivenciados pelos profissionais. Libâneo (2018) acrescenta que a organização escolar depende da articulação entre as dimensões administrativa, curricular, pedagógica e relacional. Assim, o PPP confere unidade e intencionalidade ao trabalho educativo ao relacionar currículo, planejamento, metodologias, avaliação, projetos e relações com a comunidade.

ISSN: 2358-8829

A construção do PPP também está vinculada ao princípio da gestão democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e o envolvimento das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou instâncias equivalentes (BRASIL, 1996). Contudo, a participação não pode se limitar à consulta ocasional ou à validação de decisões previamente formuladas. Para Gadotti (2012), ela pressupõe corresponsabilidade e possibilidade efetiva de intervenção nas escolhas institucionais. Essa compreensão aproxima-se de Freire (1987), para quem o diálogo e a escuta dos sujeitos constituem condições fundamentais para uma prática educativa democrática. Ao expressar as escolhas da instituição, o PPP orienta também a organização curricular e as práticas pedagógicas. As decisões sobre objetivos, conteúdos, metodologias, tempos, espaços e formas de avaliação não são neutras, pois revelam concepções de educação, aprendizagem, diversidade e formação humana. A Base Nacional Comum Curricular define aprendizagens essenciais, mas sua efetivação depende dos currículos e das propostas pedagógicas elaboradas pelas redes e escolas, considerando as características dos estudantes e de seus contextos sociais e culturais (BRASIL, 2018). Como o trabalho docente se caracteriza pela mediação entre os conhecimentos sistematizados e os processos de desenvolvimento dos estudantes (Libâneo, 2013), o planejamento ultrapassa a distribuição de conteúdos e envolve a organização de situações de ensino coerentes com as finalidades formativas da escola. A análise do PPP permite, assim, examinar a coerência entre os princípios assumidos pela instituição e as formas pelas quais o currículo, o planejamento e a avaliação são organizados.

Essa leitura adquire especial relevância na formação inicial do pedagogo, que não pode se sustentar na separação entre conhecimentos acadêmicos e experiências escolares. Pimenta e Lima (2017) defendem que a relação entre teoria e prática não corresponde à aplicação mecânica de conhecimentos previamente produzidos. A teoria oferece instrumentos para interpretar a realidade, enquanto as experiências no campo apresentam questões que exigem revisão, aprofundamento e reconstrução dos conhecimentos. A escola passa, desse modo, a ser reconhecida como espaço de investigação, reflexão e produção de saberes profissionais. Em Freire (1987), a práxis compreende a unidade entre ação e reflexão crítica orientada para a compreensão e a transformação da realidade. Sob essa perspectiva, a experiência formativa não deve se restringir à observação ou à descrição do cotidiano, mas possibilitar que o estudante interprete as práticas, reconheça contradições e reflita sobre possibilidades de intervenção. Neste estudo, a noção de práxis orienta a interpretação das relações entre os conhecimentos da formação e a análise crítica das situações escolares, sem pressupor que as atividades de campo tenham produzido, por si mesmas, transformações nas instituições investigadas.

ISSN: 2358-8829

A reflexão sobre as práticas escolares contribui para a construção da identidade profissional ao relacionar os conhecimentos da formação, os significados sociais da profissão e as experiências dos sujeitos, em um processo que Pimenta (2012) compreende como histórico e dinâmico. Essa relação entre formação e experiência envolve a mobilização de saberes de diferentes fontes, cuja pluralidade é destacada por Tardif (2014) ao reconhecer as contribuições da formação acadêmica, das disciplinas, dos currículos e das vivências nos espaços educativos, de modo que compreender a realidade escolar exige articular esses conhecimentos para interpretar as dimensões pedagógicas, curriculares, administrativas, políticas, legais, sociais e inclusivas que se entrelaçam no cotidiano das instituições.

No estudo do PPP, essa articulação de saberes permite compreender como as escolhas curriculares, as práticas pedagógicas e as decisões de gestão se relacionam na organização da escola, sem tratá-las como aspectos isolados. É nesse ponto que a concepção de Fazenda (2013) contribui para a discussão, ao situar a interdisciplinaridade na interação entre diferentes campos do conhecimento diante de um objeto comum, e não na simples reunião de conteúdos. Sob essa perspectiva, a investigação desenvolvida na Prática Pedagógica II – Projeto Político Pedagógico Interdisciplinar pode colocar em diálogo os conhecimentos de didática, gestão escolar, políticas educacionais, currículo, avaliação e educação inclusiva, tomando as questões presentes no PPP como referência para examinar as relações entre esses campos da formação. Ao vincular essa leitura às experiências vivenciadas nas instituições, a investigação do PPP também aproxima os conhecimentos estudados na universidade das questões do cotidiano escolar, em consonância com Nóvoa (1992), que destaca a importância dessa relação para a formação de professores. A escola passa, assim, a integrar o próprio percurso de aprendizagem da profissão, pois conhecer sua identidade, sua organização e suas práticas não significa apenas familiarizar-se com um futuro espaço de trabalho, mas também encontrar situações que demandam interpretação e reflexão, nas quais os licenciandos podem produzir conhecimentos e construir referências para a própria identidade docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise contemplou 12 relatórios elaborados por 120 licenciandos do 2º período de Pedagogia da Universidade Iguaçu (UNIG), com 28 registros de instituições escolares: 14 da rede pública municipal, um da estadual e 13 da rede privada. O contato com esses contextos permitiu conhecer diferentes formas de organização administrativa e pedagógica na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, ampliando as

ISSN: 2358-8829

oportunidades de compreensão da realidade escolar. Essa distribuição situa os resultados principalmente nas experiências municipais e privadas investigadas, enquanto o único registro estadual restringe as considerações sobre esse segmento.

Apesar da diversidade institucional, os relatórios convergiram no reconhecimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como referência para a identidade e a organização escolar, especialmente nas formulações de missão, visão e valores. Nessas formulações, foram recorrentes princípios de formação integral, cidadania, inclusão, ética, respeito, responsabilidade e valorização da diversidade, que expressavam as finalidades educativas e de formação humana. Esse reconhecimento aproxima-se de Veiga (2013), para quem o PPP constitui uma construção intencional que articula compromissos políticos e pedagógicos, explicitando a escola, o sujeito e a sociedade que se pretende construir.

Essa função orientadora também apareceu nas referências ao planejamento docente, à organização curricular, aos projetos pedagógicos e às práticas avaliativas. Os registros descreveram o PPP como suporte aos objetivos educacionais, ao acompanhamento da aprendizagem, à recuperação paralela, às ações inclusivas e ao alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo projetos interdisciplinares e estratégias de contextualização dos conhecimentos. Essas relações dialogam com Libâneo (2018), que atribui ao documento a articulação entre objetivos, currículo, planejamento, avaliação e gestão em uma proposta educativa comum.

Essa articulação, entretanto, apresentou diferentes níveis de detalhamento nos relatórios: alguns relacionavam diretrizes e práticas, enquanto outros traziam informações genéricas, limitando a compreensão dos usos do documento. Também foram relatadas consultas pontuais ou concentração administrativa do PPP, sem integração contínua ao planejamento e às decisões. As revisões anuais, bienais ou em intervalos maiores indicam a necessidade de considerar não apenas sua periodicidade, mas sua relação com as mudanças e demandas da comunidade escolar.

Os distanciamentos entre propostas e cotidiano precisam, contudo, ser compreendidos pelas condições do trabalho educativo, não apenas pelo comprometimento profissional. Limitações de infraestrutura, insuficiência de recursos, dificuldades de aprendizagem, evasão, vulnerabilidade social, sobrecarga das equipes e reduzida participação familiar foram mencionadas como obstáculos. Embora o PPP oriente o trabalho pedagógico, sua concretização depende de condições materiais, profissionais e coletivas que permitam transformar intenções em ações, conforme as necessidades e possibilidades de cada contexto.

ISSN: 2358-8829

Entre essas condições, a participação comunitária foi descrita como desigual porque gestores, professores e equipes pedagógicas apareciam como os sujeitos mais envolvidos na elaboração e revisão do PPP, enquanto estudantes, famílias, funcionários e representantes comunitários tinham participação mais restrita em algumas escolas. Essa tensão entre construção coletiva anunciada e envolvimento efetivo dialoga com Gadotti (2012), para quem participar pressupõe interferir nos rumos institucionais, não apenas receber informações ou validar decisões previamente tomadas. Na perspectiva de Freire (1987), a escuta e o diálogo também reconhecem os sujeitos como participantes da construção da realidade educacional. Os relatórios, porém, também apresentaram experiências de elaboração e revisão do PPP mediante reuniões, discussões pedagógicas e escuta comunitária, vinculadas às necessidades escolares e ao acompanhamento das ações educativas. Essas experiências apontam possibilidades de ampliar a participação pela organização de tempos, espaços e procedimentos que favoreçam sua continuidade, fortalecendo seu caráter democrático quando permitem influenciar decisões e compartilhar responsabilidades.

A relação entre princípios e condições de realização também se evidenciou na inclusão, com registros de Atendimento Educacional Especializado (AEE), salas de recursos, agentes de apoio, acompanhamento individualizado e projetos de diversidade cultural e social. Embora indicassem preocupação com acesso, participação e aprendizagem, essas iniciativas coexistiam com diferenças na disponibilidade de profissionais especializados, nos recursos pedagógicos, na acessibilidade e na articulação entre ensino comum e atendimento especializado. Distingue-se, assim, a inclusão enunciada nos princípios institucionais das condições necessárias à sua efetivação, que requer recursos e organização compatíveis com as necessidades dos estudantes.

A interdisciplinaridade, por sua vez, apareceu nos projetos escolares que integravam diferentes áreas do conhecimento e se vinculavam às demandas locais, assim como no percurso investigativo dos licenciandos. Nesse percurso, a Prática Pedagógica II – Projeto Político Pedagógico Interdisciplinar articulou o estudo do PPP à Didática, à gestão escolar, às políticas educacionais e à educação inclusiva, relacionando planejamento, metodologias, avaliação, processos decisórios, fundamentos legais e estratégias de atendimento à diversidade. Mais que reunir conteúdos, essa mobilização buscou interpretar um objeto comum, aproximando-se de Fazenda (2013) e favorecendo uma leitura além dos aspectos estruturais ou burocráticos do documento.

Essa leitura foi construída por meio da inserção nas instituições, da observação da organização escolar, do contato com gestores e professores, das entrevistas e da produção de registros, aproximando os licenciandos de diferentes contextos profissionais. O percurso

ISSN: 2358-8829

dialoga com Pimenta e Lima (2017), que compreendem as experiências de campo como oportunidades de investigação e produção de conhecimentos, não como aplicação mecânica de conteúdos previamente estudados.

Quanto à formação docente, os relatórios apresentaram compreensões sobre o PPP e as condições concretas do trabalho educativo, articulando informações dos documentos, das observações e das conversas com profissionais. O reconhecimento das atribuições do pedagogo no planejamento, na gestão, na participação coletiva e no acompanhamento das práticas permite discutir aproximações entre conhecimentos do curso e demandas profissionais. Esse movimento dialoga com Nóvoa (1992), ao situar a escola como espaço de aprendizagem profissional, e com Pimenta (2012), cuja discussão sobre identidade docente fundamenta a interpretação dos sentidos atribuídos à experiência. Os registros oferecem, portanto, elementos para compreender a construção de referências para a atuação e a identidade profissional nas relações entre formação e trabalho escolar.

Em conjunto, os resultados indicam a relevância do PPP para a identidade e a organização das escolas investigadas, mas vinculam sua concretização à participação comunitária, à atualização das propostas e às condições de trabalho institucionais. Ao investigar essas relações, a experiência de campo evidenciou seu potencial formativo, articulando conhecimentos de diferentes componentes curriculares à reflexão sobre a realidade escolar e ampliando a compreensão dos licenciandos sobre a atuação profissional do pedagogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatórios permitiu reconhecer o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como referência para a identidade e a organização escolar, com diferenças na participação comunitária, na revisão e na articulação com planejamento, currículo e avaliação. Enquanto alguns registros relacionavam diretrizes e práticas, outros mencionavam consultas pontuais ou concentração administrativa do documento, indicando que sua existência não assegura integração contínua ao trabalho educativo nem dispensa sua atualização diante das demandas escolares.

Essa integração envolve a participação coletiva, descrita como desigual: gestores, professores e equipes pedagógicas predominavam na elaboração e revisão do PPP, enquanto estudantes, famílias, funcionários e representantes comunitários tinham participação mais restrita em algumas instituições. Contudo, reuniões, discussões pedagógicas e escuta

comunitária também foram registradas, apontando possibilidades de ampliar o envolvimento e criar condições para influenciar decisões e compartilhar responsabilidades.

A efetivação das propostas também depende das condições materiais e profissionais, diante das limitações de infraestrutura, insuficiência de recursos e sobrecarga das equipes. Na inclusão, iniciativas de atendimento coexistiam com diferenças na disponibilidade de profissionais, na acessibilidade e na articulação entre ensino comum e atendimento especializado. Os distanciamentos entre compromissos institucionais e práticas não podem, portanto, ser atribuídos exclusivamente ao comprometimento dos profissionais.

A investigação na Prática Pedagógica II constituiu uma aproximação orientada com o campo profissional, articulando didática, gestão escolar, políticas educacionais e educação inclusiva. As reflexões dos grupos ofereceram elementos para compreender as atribuições do pedagogo no planejamento, na participação coletiva e no acompanhamento das práticas, permitindo discutir a construção de referências para a atuação e a identidade profissional. A relação entre teoria e práxis é considerada pela problematização das situações escolares e pela reflexão sobre possibilidades de atuação, sem pressupor transformações institucionais decorrentes das atividades de campo.

Essas interpretações são delimitadas pela seleção das instituições por disponibilidade e pela produção coletiva dos relatórios em uma atividade curricular. Mediados pelas perspectivas dos profissionais e dos grupos, os registros não abrangem todo o cotidiano escolar, de modo que informações ausentes ou pouco detalhadas não demonstram a inexistência das práticas. A análise permanece circunscrita às reflexões documentadas, sem avaliar individualmente as aprendizagens dos 120 licenciandos, enquanto o único registro estadual restringe as considerações sobre essa rede.

O estudo relaciona, assim, a investigação do PPP à organização escolar e à formação inicial do pedagogo, tomando as tensões entre propostas, participação e condições de realização como questões de aprendizagem profissional. Ao discutir responsabilidades e escolhas educativas, reconhece a escola como espaço de produção de conhecimentos sobre a profissão e a parceria com a universidade como oportunidade formativa, sustentada pelo estudo, pelo registro e pela reflexão crítica sobre as finalidades da educação e sua concretização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Projeto Político Pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 33-41.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____ . **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, António (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. L. **Estágio e docência**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Cortez, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.